



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

Concurso Público

011. PROVA OBJETIVA

Procurador Jurídico

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **04**.

Marieta

Marieta fez 90 anos.

Não resisto à tentação de revelar a idade de Marieta.

Sei que é falta de educação (mas pouca gente sabe hoje o que quer dizer falta de educação, ou mesmo educação) falar em idade de mulher.

São múltiplas as teorias sobre idade feminina. Eu envelheceria ainda mais, se fosse anotar aqui todos os conceitos alusivos a essa matéria; enquanto isso, as mulheres ficariam cada vez mais jovens. Depois, não estou interessado em compendiar a incerta sabedoria em torno do tema incerto. Meu desejo é só este: contar a idade de Marieta, por estranho que pareça.

E não é nada estranho, afinal. Marieta fazer 90 anos é tão simples quanto ela fazer 15. No fundo, está fazendo seis vezes 15 anos, esta é talvez sua verdadeira idade, por uma graça da natureza que assim o determinou e assim o fez. Privilégio.

Ah, Marieta, que inveja eu sinto de você, menos pelos seus 90, perdão, 6 x 15 anos, do que pelo sinal que iluminou seu nascimento, sinal de alegria serena, de firmeza e constância, de leve compreensão da vida, que manda chorar quando é hora de chorar, rir o riso certo, curtir uma forma de amor com a seriedade e a naturalidade que todo amor exige.

Sei não, Marieta (de batismo e certidão, Maria Luísa), mas você é a mais agradável combinação de gente com gente que eu conheço.

(Carlos Drummond de Andrade, *Boca de Luar*. Adaptado)

01. Ao tratar os 90 anos de Marieta como seis vezes 15 anos, o narrador intenta destacar na personagem

- (A) a vaidade tipicamente feminina, que não gosta de revelar a verdadeira idade.
- (B) a generosidade de aceitar que sua idade seja finalmente revelada por ele.
- (C) um dom especial, que garante a ela um toque de jovialidade diante da vida.
- (D) um certo desapego em relação à verdade acerca de sua idade avançada.
- (E) o privilégio de poder comemorar seus 15 anos quando, efetivamente, faz 90.

02. Considere a seguinte passagem do texto:

Marieta fez 90 anos.

Não resisto à tentação de revelar a idade de Marieta.

Sei que é falta de educação (mas pouca gente sabe hoje o que quer dizer falta de educação, ou mesmo educação) falar em idade de mulher.

O trecho entre parênteses introduz um comentário do narrador que se caracteriza como manifestação de

- (A) ressalva em relação a comportamentos socialmente convencionados que podem estar se perdendo na atualidade.
- (B) concordância com a modernização de certas atitudes vistas como inadequadas em relações interpessoais.
- (C) indiferença em relação a gestos de cordialidade que só se impõem entre pessoas de mais idade.
- (D) pesar diante da constatação de que atitudes socialmente recrimináveis não foram abandonadas.
- (E) julgamento negativo da indiscrição que há em revelar publicamente a idade das mulheres mais velhas.

03. Na passagem “Eu **envelheceria** ainda mais, se **fosse** anotar aqui todos os conceitos alusivos a essa matéria; enquanto isso, as mulheres **ficariam** cada vez mais jovens.”, tal como estão flexionados, os verbos

- (A) exprimem incerteza ou dúvida acerca de fatos ocorridos em tempo próximo.
- (B) expressam possibilidades, referindo-se a fatos não ocorridos.
- (C) indicam ação que se produzirá em certo momento do futuro.
- (D) asseveram que uma ação futura estará realizada antes de outra.
- (E) indicam, entre ações simultâneas, a que estava em processo quando a outra ocorreu.

04. A frase que se relaciona à precedente pela relação de sentido de causa é a destacada em:

- (A) ... curtir uma forma de amor **com a seriedade e a naturalidade que todo amor exige**.
- (B) Meu desejo é só este: contar a idade de Marieta, **por estranho que pareça**.
- (C) Eu envelheceria ainda mais, **se fosse anotar aqui todos os conceitos alusivos a essa matéria...**
- (D) ... esta é talvez sua verdadeira idade, **por uma graça da natureza que assim o determinou e assim o fez**.
- (E) Marieta fazer 90 anos é tão simples **quanto ela fazer 15**.

Leia o texto, para responder às questões de números **05 a 08**.

Há 28 anos um grupo de pessoas se reúne semanalmente na sede da ONG (organização não governamental) Anjos da Noite, em um sobrado no bairro de Artur Alvim, na Zona Leste de São Paulo. Os voluntários dedicam-se a aplacar as carências dos moradores de rua. Além de entregar cobertores e roupas, o grupo tem como principal incumbência a distribuição de refeições. Aos sábados, os colaboradores se organizam para preparar 200 quilos de comida. A distribuição de 800 marmitas tem início ao cair da noite. Anteriormente, os voluntários rodavam quatro horas pelas ruas da região central até entregar a última quentinha. Hoje, o trabalho é feito em menos de uma hora. Basta estacionar o carro, e um grupo de pessoas carentes faz fila para ganhar o alimento.

A experiência dos Anjos da Noite confirma a percepção que tem qualquer cidadão dos maiores centros urbanos brasileiros: o número de pessoas que vivem nas ruas elevou-se, e muito, nos últimos anos. As estatísticas são esporádicas e, por isso, não é fácil saber com exatidão a proporção desse crescimento.

(Giovanni Magliano. A rua como único refúgio. *Veja*, 6.12.2017. Adaptado)

05. É correto afirmar que esse texto destaca-se

- (A) por adotar perspectiva parcial na abordagem dos fatos, empregando adjetivação que leva a identificar o ponto de vista da revista.
- (B) pela tendenciosidade, deixando transparecer a opinião do jornalista, em prejuízo da apresentação concisa dos fatos.
- (C) pelo teor informativo, privilegiando o relato de fatos, em linguagem objetiva, e o emprego de palavras em sentido próprio.
- (D) pela inclinação a usar a linguagem para promover os Anjos da Noite, destacando-os graças ao tom elogioso com que descreve a ação do grupo.
- (E) pelo caráter eminentemente jornalístico, expondo, em jargão técnico, argumentos em favor das ações da ONG.

06. Observe os termos destacados nas passagens:

- Os voluntários dedicam-se a **aplacar** as carências dos moradores de rua.
- ... o grupo tem como principal **incumbência** a distribuição de refeições.
- As estatísticas são **esporádicas** e, por isso, não é fácil saber com exatidão a proporção desse crescimento.

Esses termos podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido e respectivamente, por:

- (A) resolver; ônus; causais.
- (B) mitigar; encargo; fortuitas.
- (C) suprir; dever; determinadas.
- (D) abrandar; determinação; inconclusivas.
- (E) suprimir; objetivo; espaçadas.

07. A frase redigida segundo os princípios da norma-padrão de concordância é:

- (A) Confirma-se, com a experiência dessa ONG, o que quaisquer cidadãos das grandes cidades já constataram.
- (B) Fazem 28 anos que já acontece toda semana reuniões de um grupo de pessoas da ONG Anjos da Noite.
- (C) Aplacar as carências dos moradores de rua põem-se como incumbência importante dos voluntários.
- (D) Para os voluntários, não se tratam de ações de caridade, mas de exercício responsável de ações cidadãs.
- (E) Forma-se filas do pessoal carente querendo receber alimentos que os voluntários lhe fornece.

08. Assinale a alternativa que substitui as expressões destacadas no trecho seguinte, em conformidade com a norma-padrão.

Basta estacionar o carro, e um grupo de pessoas carentes **faz** fila para **ganhar** o alimento.

- (A) Bastava ... fez ... que ganhasse
- (B) Bastou ... faria ... que ganha
- (C) Bastará ... faça... que ganhará
- (D) Bastaria ... faria ... que ganhasse
- (E) Bastasse ... fazia ... que ganhava

09. Leia a tira, para responder à questão.



(André Dahmer. Malvados. Disponível em: <http://www.malvados.com.br>)

É correto afirmar que a tira tem efeito de sentido de

- (A) humor cáustico, com foco na ideia de que certas informações veiculadas na internet são falsas e ridículas.
 - (B) argumentação didática, considerando-se o caráter ilustrativo da situação comentada pela personagem.
 - (C) crítica irônica, centrada na ideia de que a modernidade do meio não condiz com o teor retrógrado dos conteúdos.
 - (D) convencimento intransigente, haja vista o ponto de vista da personagem, que se mostra avessa a novidades tecnológicas.
 - (E) censura comedida, apontando os vícios no uso da rede de computadores com objetivo de divulgação de fatos.
10. A alternativa redigida segundo a norma-padrão de regência e de emprego do sinal indicativo de crase é:
- (A) Os pilares das democracias são o respeito à lei e a obediência às instituições.
 - (B) Os cidadãos obrigam-se à seguir a princípios moral e legalmente instituídos.
 - (C) Predomina entre as pessoas a suposição que a lei deve ser aplicada à todos os cidadãos.
 - (D) Alguns ainda têm pretensão à posar de herói, opondo-se à padrões estabelecidos.
 - (E) Há normas que poucos obedecem, mesmo estando sujeitos à sanções severas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Os pais de Carlos são agentes administrativos. Logo, é certo que
- (A) se Mário não é pai de Carlos, então Mário não é agente administrativo.
 - (B) Carlos é agente administrativo.
 - (C) se Rose não é agente administrativo, então Rose não é mãe de Carlos.
 - (D) Carlos não é agente administrativo.
 - (E) se Maria é agente administrativo, então Maria é mãe de Carlos.
12. Em um grupo de 100 pessoas que participaram do desenvolvimento das tarefas A, B ou C, sabe-se que exatamente 12 participaram do desenvolvimento das três tarefas. Em se tratando das pessoas que participaram do desenvolvimento de somente duas dessas tarefas, sabe-se que exatamente 10 participaram do desenvolvimento das tarefas A e B, exatamente 12 das tarefas A e C, e exatamente 14 participaram do desenvolvimento das tarefas B e C. Sabe-se, ainda, que exatamente 60 e 50 pessoas participaram do desenvolvimento das tarefas A e B, respectivamente. Dessa forma, o número de pessoas que participaram do desenvolvimento apenas da tarefa C é
- (A) 10.
 - (B) 11.
 - (C) 12.
 - (D) 13.
 - (E) 14.
13. Considere verdadeiras as afirmações I e II, e falsa a afirmação III.
- I. Se Hugo é policial, então Beatriz é juíza.
 - II. Se Fernando é vereador, então Vanessa é professora.
 - III. Beatriz não é juíza ou Vanessa é professora.
- A alternativa que contém uma afirmação necessariamente verdadeira, com base nas afirmações apresentadas é:
- (A) Fernando não é vereador.
 - (B) Hugo é policial.
 - (C) Hugo não é policial e Fernando é vereador.
 - (D) Hugo é policial e Fernando não é vereador.
 - (E) Hugo é policial ou Fernando é vereador.

14. Se Joana é dentista e Mauro é médico, então Cristina não é funcionária pública. Se Mirian é casada, então João é solteiro. Sabe-se que Joana é dentista e Mauro é médico, ou que Mirian é casada. Logo:

- (A) Cristina não é funcionária pública.
- (B) João é solteiro.
- (C) Cristina não é funcionária pública e João é solteiro.
- (D) João é solteiro ou Cristina não é funcionária pública.
- (E) Cristina é funcionária pública e João não é solteiro.

15. Considere a distribuição de números naturais pelas linhas da tabela:

Linha	Posição do elemento na linha					
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
Um	1	2	3	4	5	6
Dois	7	8	9	10	11	12
Três	13	14	15	16	17	18
...	...	...	...	...	...	...

Mantida a lógica de distribuição, na terceira posição da linha noventa e dois constará um número ímpar k . Na sequência dos números naturais ímpares, ou seja, 1, 3, 5, 7, ..., em que 7 ocupa a posição 4, o número k ocupa a posição

- (A) 271.
- (B) 272.
- (C) 273.
- (D) 274.
- (E) 275.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

16. Suponha que Pitolomeu da Silva, atualmente com 32 anos de idade, de nacionalidade originária francesa, tenha vindo morar no Brasil e, após cumprir os requisitos previstos pela Constituição Federal, tenha logrado êxito em sua naturalização. Nessa hipótese, caso Pitolomeu decida se candidatar ao cargo de Senador do Estado X, é correto afirmar que ele
- (A) não poderá assumir o cargo, já que o cargo de Senador é privativo para brasileiros natos.
 - (B) não poderá assumir o cargo, pois ainda que a Constituição permita a assunção por brasileiros naturalizados, ele não possui a idade mínima de 35 anos exigida pela Constituição.
 - (C) não poderá assumir o cargo, já que a idade mínima prevista pela Constituição é de 40 anos de idade.
 - (D) poderá assumir o cargo, pois a idade mínima exigida é de 30 anos e a Constituição não veda tal acesso a brasileiros naturalizados.
 - (E) poderá assumir o cargo, pois a idade mínima exigida é de 21 anos e a Constituição não veda tal acesso a brasileiros naturalizados.
17. Com relação à nacionalidade, é correto afirmar que, para a Constituição brasileira de 1988,
- (A) os estrangeiros originários de países de língua portuguesa que queiram naturalizar-se brasileiros deverão cumprir os requisitos de residência por um ano ininterrupto e de idoneidade moral.
 - (B) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil há pelo menos 10 anos, sem condenação criminal, poderão ser naturalizados mediante requerimento de sua parte.
 - (C) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver a sua naturalização cancelada, por sentença judicial, em virtude de condenação criminal por crimes comuns.
 - (D) é permitida a distinção entre brasileiros natos e naturalizados desde que mediante lei complementar.
 - (E) é permitida, em regra, a extradição do brasileiro nato por crime comum praticado no exterior, desde que exista cláusula de reciprocidade com o país em que a infração se consumou.
18. É correto afirmar, sobre o controle de constitucionalidade:
- (A) no controle difuso, os efeitos são, em regra, *ex tunc* e com eficácia *erga omnes*.
 - (B) o Supremo Tribunal Federal é o único órgão legitimado a realizar o controle difuso-concreto de leis e atos normativos em face da Constituição Federal.
 - (C) as normas constitucionais originárias podem ser objeto de controle de constitucionalidade abstrato.
 - (D) é possível pugnar pela desistência de ação declaratória de constitucionalidade até o despacho inicial pelo Relator.
 - (E) a medida provisória poderá ser objeto de controle de constitucionalidade abstrato.
19. Suponha que o Município X decida implementar atos para fomentar a produção agropecuária local. Nesse caso, em função da repartição de competência prevista pela Constituição Federal, é correto concluir pela
- (A) incompetência do Município, já que se trata de competência privativa da União.
 - (B) incompetência do Município, por se tratar de competência concorrente entre a União, Estados membros e Distrito Federal.
 - (C) incompetência do Município, uma vez que a matéria compreendida é de competência privativa dos Estados Membros.
 - (D) competência do Município, haja vista se tratar de competência comum entre União, Estados membros, Distrito Federal e Municípios.
 - (E) competência do Município, uma vez que a regulamentação da matéria lhe é reservada privativamente pela Constituição Federal.
20. Considere a seguinte situação hipotética: no ano de 2018 foram realizadas eleições Presidenciais e proclamados como Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, respectivamente, os senhores X e Y. Considere ainda que, em abril de 2019, contudo, em um trágico acidente aéreo, tanto o Presidente como o Vice-Presidente da República venham a falecer no mesmo momento, deixando os cargos vagos. Nesse caso, é correto afirmar que
- (A) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal e do Senado.
 - (C) deverá ocorrer eleição indireta, pelo Congresso Nacional, no prazo de 30 dias.
 - (D) deverá ser realizada nova eleição direta, no prazo de 30 dias, por meio de sufrágio universal, depois de aberta a última vaga.
 - (E) deverá ser realizada nova eleição direta, no prazo de 90 dias, por meio de sufrágio universal, depois de aberta a última vaga.

21. Assinale a alternativa que corresponde à previsão constitucional sobre o processo legislativo brasileiro.

- (A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de, no mínimo, 2/3 dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (B) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos por 4 Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- (C) As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.
- (D) O veto do Presidente a projeto de lei deve ser apreciado em sessão conjunta, dentro de 30 dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria simples dos Deputados e Senadores.
- (E) As leis complementares serão aprovadas se atingido o quórum mínimo de 2/3 dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

22. Suponha que o Senador Y, no exercício do seu mandato, seja investido no cargo de Governador de Território. É correto afirmar, segundo a Constituição, que

- (A) conservará o seu mandato e poderá exercer ambas as funções, desde que haja compatibilidade de horários.
- (B) perderá o seu mandato, ante a nítida incompatibilidade entre as funções exercidas, e em atenção ao princípio da separação de poderes.
- (C) inexistindo suplente que possa substituir o Senador, far-se-á eleição para preencher a vaga se faltarem mais de 15 meses para o término do mandato.
- (D) mesmo que exista suplente para assumir a vaga, caso a vacância ocorra faltando mais de 9 meses para o término do mandato, deverão ser realizadas novas eleições.
- (E) o Senador deverá abrir mão da remuneração do mandato de senador e receber a correspondente ao novo cargo.

23. É correto afirmar que a capacidade eleitoral passiva (*jus honorum*) se torna plena quando o cidadão atinge a idade de

- (A) 35 anos.
- (B) 30 anos.
- (C) 25 anos.
- (D) 21 anos.
- (E) 18 anos.

24. Um superior hierárquico transfere Beltrano da Silva, um funcionário público ocupante do cargo de médico clínico geral, para uma região da periferia, carente de serviços médicos, como forma de vingança por este ter sido o namorado de sua esposa. Essa conduta caracteriza-se como

- (A) abuso de poder por excesso de poder.
- (B) desvio de poder por excesso de poder.
- (C) uso regular de poder por ato comissivo.
- (D) abuso de poder por desvio de poder.
- (E) exercício legal do dever.

25. O prefeito de um determinado município publica decreto declarando de utilidade pública um imóvel situado numa localização privilegiada da urbe, onde funciona uma famosa sorveteria, para fins de construção de um Centro de Exposição de Artes. O local teria sido escolhido justamente porque o imóvel se situa no centro da cidade. A escolha do local para a construção do Centro de Exposição de Artes

- (A) vem a ser o exercício do poder discricionário do Administrador Público.
- (B) caracteriza-se como ato vinculado da Administração Pública.
- (C) decorre da aplicação do princípio da moralidade.
- (D) decorre do princípio da publicidade.
- (E) caracteriza-se como ato inválido por desvio de poder.

26. Quanto ao contrato de rateio, nos termos do Decreto nº 6.017/2007, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é necessária prévia dotação orçamentária para celebração do contrato de rateio.
- (B) É por meio dele que os entes consorciados entregam recursos financeiros às entidades conveniadas.
- (C) O ente consorciado, isolado, não é parte legítima para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.
- (D) É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.
- (E) Nenhum contrato de rateio pode ter vigência contratual superior ao período de vigência das dotações que o suportam.

27. No que tange aos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum concurso público pode conter regras que façam discriminações entre brasileiros natos ou naturalizados.
- (B) Toda investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos.
- (C) O candidato aprovado em concurso público ainda dentro do prazo de validade será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- (D) É ilegal a nomeação ao cargo de conselheiro do tribunal de contas sem realização de concurso público.
- (E) A Administração Pública não pode admitir candidatos aprovados dentro da validade do concurso para preenchimento de vagas surgidas após o término do certame.

28. Quanto aos direitos dos servidores públicos municipais de Indaiatuba, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao funcionário que, no desempenho de suas atribuições normais, pagar ou receber em moeda corrente, será concedido, mediante Portaria, um auxílio para diferença de caixa, que fica fixado em 10% (dez por cento) sobre o valor do nível de vencimento do seu cargo.
- (B) O salário-família somente será concedido ao funcionário que estiver em atividade e tiver filho menor de 18 anos, filho inválido, filha solteira sem economia própria ou filho estudante frequentando curso secundário ou superior até a idade de 24 anos.
- (C) Quando pai e mãe forem funcionários estatutários e viverem em comum, o salário-família será pago somente a um deles.
- (D) O funcionário público em disponibilidade não faz jus ao recebimento de salário-esposa, ainda que sua mulher ou companheira não exerça atividade remunerada.
- (E) O funcionário poderá ser convocado para trabalhar fora do horário normal de seu expediente, até o limite correspondente a um quarto de sua jornada semanal de trabalho.

29. Nos termos da Lei nº 8.666/93, é dispensável a licitação na seguinte hipótese:

- (A) quando a União ou os Estados e o Distrito Federal tiverem que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (B) para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens e serviços prestados por órgão ou ente integrante da Administração Pública, ainda que o preço contratado seja superior ao praticado pelo mercado.
- (C) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, desde que o preço seja compatível com o praticado no mercado.
- (D) para a aquisição, alienação ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada.
- (E) para a construção, a ampliação, a reforma e o aprimoramento de estabelecimentos penais, desde que configurada situação de grave e iminente risco à segurança pública.

30. Quanto aos contratos administrativos, assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei nº 8.666/1993.

- (A) É possível à Administração Pública alterar unilateralmente o contrato, com as devidas justificativas, quando conveniente a substituição da garantia de execução.
- (B) Toda prorrogação do prazo do contrato deverá ser justificada por escrito e ser previamente autorizada pela autoridade competente para a celebração do contrato.
- (C) Sempre será exigida a prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.
- (D) As cláusulas econômico-financeiras do contrato podem ser alteradas pela Administração Pública sem prévia concordância do contratado.
- (E) A garantia prestada pelo contratado pode ser liberada ou restituída de forma proporcional antes do término da execução do contrato.

31. No tocante aos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente bens imóveis destinados à execução dos serviços administrativos e serviços públicos em geral são considerados bens de uso especial ou do patrimônio administrativo indisponível.
- (B) Os bens dominicais são aqueles que, apesar de constituírem o patrimônio público, não possuem uma destinação pública determinada ou um fim administrativo específico.
- (C) Não é possível a desafetação de bem de uso comum para uso especial ou a sua conversão em bem dominical.
- (D) Todos os bens públicos são inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis.
- (E) As terras devolutas são bens públicos de uso especial.

32. Fulano dos Santos foi visitar sua sogra em Indaiatuba e deixou o carro estacionado na rua. Quando retornou, o carro não estava mais lá. Ele acionou a polícia, que registrou a ocorrência e desde então não mais teve notícias do paradeiro de seu veículo. Diante disso, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado responde por omissão na segurança pública, pois não evitou a ocorrência do crime.
- (B) O Município de Indaiatuba deve indenizá-lo, pois o furto foi praticado no Município.
- (C) Não cabe indenização porque a responsabilidade, nos casos de omissão, é de natureza subjetiva, devendo ser comprovada a culpa do ente público.
- (D) O Estado e o Município respondem objetivamente e de forma solidária pelo furto do veículo.
- (E) Somente o Estado deve responder de forma objetiva, pois há nexo de causalidade entre a falha na segurança pública, que é de responsabilidade do Estado, e o crime que vitimou Fulano dos Santos.

33. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar:

- (A) esta Lei somente se aplica aos servidores públicos que pratiquem ato lesivo ao erário da Administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados ou do Distrito Federal.
- (B) qualquer pessoa pode representar à autoridade judicial competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- (C) a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetivam na data da confirmação da sentença condenatória pelo Tribunal de Justiça.
- (D) a aplicação das sanções previstas nesta Lei depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
- (E) ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa por parte do agente ou de terceiro, deve ocorrer o integral ressarcimento do dano.

34. Mário emprestou R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a Joaquim e Manuel. O contrato previu a solidariedade passiva, bem como que o vencimento da obrigação ocorreria na data de 01.12.2012. No vencimento da obrigação, não houve o pagamento. Manuel faleceu em 02.12.2012, deixando dois herdeiros, João e Maria. Mário, em 30.11.2017, apresentou ação de protesto judicial contra Joaquim e os herdeiros de Manuel. Apenas João foi citado, tendo em vista que o oficial de justiça não localizou Joaquim e Maria. Em 30.12.2017, Mário ajuizou ação judicial contra Joaquim, João e Maria, visando à cobrança da dívida instrumentalizada no contrato de mútuo.

Com relação ao caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) A pretensão é exigível; a notificação feita a João interrompeu a prescrição relativamente a todos os devedores, visto que a morte de qualquer dos devedores solidários torna o objeto da obrigação indivisível, razão pela qual a interrupção contra qualquer dos herdeiros do devedor prejudica todos os demais devedores solidários.
- (B) A pretensão é exigível somente em relação à metade da dívida, tendo em vista que a citação de João interrompeu a prescrição relativamente à parte de responsabilidade de Manuel, tendo em vista que cada um dos herdeiros do devedor solidário a este se equiparam.
- (C) A pretensão relativamente à parte de responsabilidade de Joaquim e à metade da prestação devida por Manuel está prescrita, tendo em vista que a interrupção operada contra João não prejudica aos demais devedores.
- (D) A pretensão não é mais exigível, tendo em vista que o falecimento de qualquer dos devedores solidários ocasiona a indivisibilidade do objeto da obrigação, razão pela qual a prescrição somente seria interrompida se tivessem sido citados todos os devedores solidários.
- (E) Se restar comprovado que os demais devedores se ocultaram maliciosamente para não serem citados na ação de protesto judicial, pode-se estender os efeitos da interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor a todos os demais.

35. Maria, viúva, tem três filhos: João com 21 anos, José com 18 e Joaquim com 16 anos. João propôs comprar de sua mãe o único imóvel de propriedade desta, um apartamento na praia. Foi realizada a alienação, pelo preço de mercado do imóvel, na data de 01.07.2013. José e Joaquim, aconselhados por um advogado, ajuízam, em 30.06.2017, uma ação judicial visando à anulação do negócio jurídico.

Com relação ao caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação deve ser julgada improcedente, tendo em vista que decorreu o prazo decadencial de dois anos para a propositura da ação anulatória da venda realizada por Maria a João.
- (B) A ação deve ser julgada procedente, tendo em vista que o prazo decadencial de dois anos somente começou a correr para José e Joaquim a partir da maioridade do último.
- (C) A ação deve ser julgada procedente, tendo em vista que o prazo prescricional para desconstituir a referida venda é de 20 anos.
- (D) A ação deve ser julgada procedente somente em relação a Joaquim e improcedente em relação a José.
- (E) A ação deve ser julgada procedente, tendo em vista que a alienação de ascendente para descendente sem consentimentos dos demais é ato nulo de pleno direito, portanto, imprescritível.

36. Sobre arras e cláusula penal, assinale a alternativa correta.

- (A) As arras penitenciais confundem-se com a cláusula penal, tendo em vista que ambas são pagas antecipadamente e são destinadas a assegurar o direito de arrependimento da parte contratante mediante uma indenização pré-definida.
- (B) Se o prejuízo resultante do não inadimplemento do contrato for maior que o previsto na cláusula penal ou ao valor das arras penitenciais, poderá a parte postular em juízo indenização suplementar.
- (C) As arras confirmatórias, bem como a cláusula penal, não integram o objeto da obrigação, razão pela qual devem ser restituídas ao fim do contrato, em razão do adimplemento da prestação pelo devedor.
- (D) Desnecessário que o credor alegue prejuízo para exigir a cláusula penal; se o prejuízo comprovadamente exceder o valor da cláusula penal, pode o credor exigir indenização suplementar, se assim foi convencionado, servindo a cláusula penal de indenização mínima.
- (E) Os valores das arras penitenciais e da cláusula penal podem exceder o valor da obrigação principal, desde que expressamente estipulado pelas partes contratantes, mas podem ser reduzidos equitativamente pelo juiz, se a obrigação tiver sido em parte cumprida.

37. José alugou um imóvel a Maria. Foi previsto de forma expressa no contrato que o pagamento do aluguel, fixado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, ocorreria todo dia 10 de cada mês, sob pena de incidência de multa de 2%, a partir do vencimento, bem como de juros moratórios de 1% ao mês, *pro rata die*. Maria, ao firmar o contrato, recebia o pagamento de seu salário no 10 de cada mês, razão pela qual escolheu essa data para realizar o pagamento do aluguel. Entretanto, mudou de emprego e começou a receber seu salário todo dia 20 de cada mês, passando unilateralmente a pagar, a partir do 2º mês de vigência do contrato, o aluguel no dia 20 de cada mês e continuou a fazê-lo durante todo o prazo de 60 meses do contrato, sem qualquer oposição de José. Ao final do contrato, Maria manifestou a vontade de devolver o imóvel, mas José não aceitou receber as chaves, bem como ajuizou ação de execução fundada em título extrajudicial dos valores decorrentes de juros e multa.

Sobre a pretensão de José, é correto afirmar que

- (A) deve ser considerada improcedente, tendo em vista a ocorrência da *surrectio*, decorrente do princípio da boa-fé, tendo em vista que a omissão de José fez surgir a legítima confiança de que as partes, tacitamente, acordaram em alterar a data do pagamento.
- (B) deve ser considerada procedente, relativamente a todo o período, tendo em vista que o expressamente previsto no contrato não pode ser afastado pela atitude das partes, mesmo no caso de omissão do credor em postular seu direito, em razão do princípio do *pacta sunt servanda*.
- (C) deve ser considerada improcedente, tendo em vista a ocorrência da *supressio*, decorrente do princípio da boa-fé, tendo em vista que a omissão de José fez surgir a legítima confiança de que as partes, tacitamente, acordaram em alterar a data do pagamento.
- (D) deve ser considerada parcialmente procedente, tendo em vista que a prescrição conta-se do vencimento de cada parcela, devendo ser considerada prescrita a pretensão das parcelas que se venceram há mais de 3 anos da data do ajuizamento da ação de execução por título extrajudicial.
- (E) deve ser julgada parcialmente procedente, salvo em relação à última parcela do aluguel, tendo em vista que o recebimento das prestações posteriores firma a presunção de quitação das anteriores, razão pela qual somente poderá exigir a multa e os juros do último aluguel.

- (A) Não será permitido o parcelamento do solo em terrenos com declividade igual ou superior a 20% (vinte por cento), salvo se atendidas as exigências específicas das autoridades competentes.
- (B) No loteamento de acesso controlado, é vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados.
- (C) Os lotes terão área mínima de 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo se o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social.
- (D) Ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de 30 (trinta) metros de cada lado.
- (E) Deverá ser reservado o percentual mínimo de 5% das áreas para os sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público.

39. Sobre a nulidade e a anulabilidade do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- (A) O negócio jurídico celebrado por deficiente mental é nulo, em razão da incapacidade absoluta, salvo se confirmado pelo representante do incapaz, sem prejuízo a direitos indisponíveis deste.
- (B) O negócio jurídico nulo, apesar de não poder ser convalidado, pode ser preservado por meio da conversão em outro negócio, se houver os requisitos deste, observando-se o fim visado pelas partes.
- (C) O direito de requerer a anulação do negócio jurídico nos casos de erro, dolo e coação prescreve no prazo de três anos, contados da data da celebração do ato, salvo em relação ao erro, quando o prazo começa a partir da ciência do fato não conhecido.
- (D) A simulação ocasiona a anulabilidade do negócio jurídico que pode ser convalidado pelas partes, se não houve prejuízos a terceiros, bem como se não decorreu o prazo decadencial.
- (E) É anulável o negócio jurídico que a lei proibir-lhe a prática sem cominar sanção; a nulidade somente existe nos casos em que a lei expressamente comina a referida sanção.

40. Sobre as prerrogativas processuais da Fazenda Pública, é correto afirmar que

- (A) no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, se não houver o cumprimento da obrigação no prazo do pagamento voluntário estabelecido em lei, a executada deverá pagar o valor da multa de 10% além da sucumbência dessa fase processual.
- (B) não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, em qualquer hipótese.
- (C) as despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública serão pagas, ao final, pelo vencido.
- (D) nas causas classificadas como de jurisdição voluntária, a Fazenda Pública, tendo ou não interesse, sempre será ouvida.
- (E) na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 15 (quinze) dias.

41. A respeito do que prevê o CPC/15 acerca da sentença e da coisa julgada, é correto afirmar que

- (A) nos casos em que o juiz, na sentença, reconheça a prescrição do direito alegado, estar-se-á diante de uma sentença terminativa, da qual não há resolução de mérito.
- (B) o juiz conhecerá, de ofício, todas as matérias, a qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado, a fim de extinguir por sentença o processo sem resolução de mérito.
- (C) se o autor der causa, por 3 (três) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada também a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.
- (D) dentre outras hipóteses legais, não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão que se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida.
- (E) transitada em julgado a decisão, seja ela de mérito ou não, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

42. Mário é réu de uma ação movida por Catarina, na justiça comum, em razão de um acidente de automóvel ocorrido na cidade de Indaiatuba. A autora alegou que o réu teria passado no semáforo fechado e foi o responsável pela colisão que lhe causou prejuízos de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Mário, ao contrário, diz que Catarina estava falando ao celular e não observou o semáforo e, por isso, foi causadora da colisão e que sofreu prejuízo de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Os automóveis são de propriedade das partes, que são particulares e não representam qualquer órgão público ou pessoa jurídica privada. Diante da situação exposta, é correto afirmar, nos termos do CPC/15, que

- (A) a ação movida por Catarina, por ter como objeto de análise a responsabilidade decorrente de acidente de automóvel, deverá tramitar exclusivamente pelo procedimento sumário.
- (B) em sua defesa, Mário poderá tanto contestar como reconvir, em petições diversas, porém protocoladas no mesmo momento, sob pena de preclusão.
- (C) Mário poderá se valer de pedido contraposto, que deverá ser formulado no próprio texto da contestação, para que constitua direitos a seu favor, condenando Catarina.
- (D) se Catarina pretender alegar danos morais além dos prejuízos materiais, o valor a ser atribuído à causa será apenas o do prejuízo material, uma vez que o pedido de danos morais poderá ser feito de forma genérica, o que não gera reflexo ao valor da causa.
- (E) caso Mário opte por fazer apenas reconvenção, deverá apontar o valor da causa e recolher custas, e poderá fazê-lo mesmo sem apresentar contestação.

43. Sobre o que prevê a Lei do Juizado Especial Federal, é correto afirmar que

- (A) das decisões oriundas do processo que tramita pelo rito descrito nessa Lei, haverá reexame necessário.
- (B) não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive para a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.
- (C) não é compatível com o procedimento dos Juizados Especiais Federais o pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
- (D) as partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, que necessariamente deverão ser advogados.
- (E) a entidade pública ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de instrução e julgamento.

44. Assinale a alternativa correta segundo o que dispõe o Código Tributário Nacional acerca da interpretação e integração da legislação tributária.

- (A) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, em primeiro lugar, os princípios gerais de direito tributário e, em segundo, a analogia.
- (B) Os princípios gerais de direito privado são utilizados para a pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, bem como para definição dos respectivos efeitos tributários.
- (C) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção ou dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- (D) A lei tributária pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance dos institutos de direito privado, utilizados, expressa ou tacitamente, pela Constituição Federal, para definir competências tributárias.
- (E) A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, é interpretada, em qualquer caso, de maneira mais favorável ao acusado, tal qual se verifica no direito penal.

45. Acerca das preferências do crédito tributário, é correto afirmar que

- (A) são concursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
- (B) o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais, nos termos da lei falimentar.
- (C) a cobrança judicial do crédito tributário é sujeita a concurso de credores ou habilitação em se tratando de recuperação judicial.
- (D) são pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.
- (E) o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados unicamente os créditos decorrentes da legislação do trabalho.

- 46.** Considerando-se um tributo que deveria ter sido lançado de ofício no ano de 2013, mas cujo lançamento não foi levado a efeito pelo ente competente no exercício financeiro em questão, é correto afirmar que
- (A) poderá ser objeto de lançamento até 31 de dezembro de 2018, posto que ainda não se operou a perda do direito material fiscal.
 - (B) poderia ter sido lançado até 31 de dezembro de 2017, uma vez que, a partir de primeiro de janeiro de 2018, a Fazenda Pública perdeu o direito de lançar em razão de ter-se operado a decadência.
 - (C) não mais poderá ser exigido em razão da prescrição que se operou em 02 de janeiro de 2018.
 - (D) não poderá mais ser exigido, tendo em vista a homologação tácita verificada em 31 de dezembro de 2017.
 - (E) não mais poderá ser exigido em razão da prescrição ocorrida em 1º de janeiro de 2018.
- 47.** Um município promoveu o asfaltamento das ruas de certo bairro, acarretando a valorização dos imóveis nele localizados. Em razão do asfaltamento realizado, o município em questão tem legitimidade para exigir
- (A) contribuição social diferida.
 - (B) contribuição de melhoria.
 - (C) imposto.
 - (D) preço público.
 - (E) tarifa.
- 48.** Possui imunidade específica, observadas as condições estabelecidas pela Constituição Federal, o imposto sobre
- (A) serviços (ISS).
 - (B) a renda e os proventos de qualquer natureza (IR).
 - (C) a transmissão onerosa de bens imóveis (ITBI).
 - (D) a propriedade de veículos automotores (IPVA).
 - (E) a propriedade predial e territorial urbana (IPTU).
- 49.** Abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando nas situações especificadas pelo Código Tributário Nacional, a
- (A) remissão.
 - (B) isenção.
 - (C) anistia.
 - (D) transação.
 - (E) moratória.
- 50.** Para fins do que dispõe a Constituição Federal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, conforme determinados pela Lei Complementar nº 101/00. Para os municípios, referido percentual é de
- (A) 60%.
 - (B) 50%.
 - (C) 40%.
 - (D) 35%.
 - (E) 22,5%.
- 51.** De acordo com a classificação da despesa pública, conforme disposto na Lei nº 4.320/64, são despesas correntes as
- (A) despesas de custeio e os investimentos.
 - (B) despesas de custeio e as transferências correntes.
 - (C) inversões financeiras e os investimentos.
 - (D) inversões financeiras e as transferências correntes.
 - (E) as transferências de capital e as transferências correntes.
- 52.** Nos termos da Lei nº 4.320/64, o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação, constitui
- (A) reserva vinculada.
 - (B) reserva ordinária.
 - (C) reserva obrigatória.
 - (D) fundo especial.
 - (E) fundo vinculado.
- 53.** Em matéria orçamentária, determina a Constituição Federal que os orçamentos fiscal, de investimento e da seguridade social são compreendidos na lei
- (A) do plano plurianual.
 - (B) de diretrizes orçamentárias.
 - (C) orçamentária anual.
 - (D) de responsabilidade fiscal.
 - (E) geral das finanças.

54. A ação civil pública é um importante instrumento, que se encontra à disposição da sociedade, com vistas à tutela dos chamados direitos difusos e coletivos. A Lei nº 7.347, que disciplina a referida ação, foi editada em 24 de julho de 1985, e desde então o Poder Judiciário vem debatendo intensamente sobre o seu regime jurídico, o que culminou na edição de súmulas, tanto pelo Superior Tribunal de Justiça, como pelo Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, no que diz respeito ao direito sumular em vigor sobre o tema em pauta, assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público não tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.
- (B) Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça estadual.
- (C) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público e privado, objeto de ato de improbidade.
- (D) Compete ao juiz federal, nas comarcas que não sejam sede de vara da justiça estadual, processar e julgar ação civil pública, ainda que a União não figure no processo.
- (E) O Ministério Público não tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade do reajuste de mensalidades escolares.

55. No sistema jurídico brasileiro, o patrimônio público pode ser defendido por intermédio da ação popular. A ação popular vem tratada na Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1.965, cujos termos disciplina literalmente que

- (A) a pessoa jurídica tem legitimidade para propô-la.
- (B) a impetração de mandado de segurança substitui a sua propositura.
- (C) a prova da legitimidade, para ingresso em juízo, será feita por meio do CPF ou CNPJ, ou com documento que a eles corresponda.
- (D) a Justiça Estadual possui competência absoluta para conhecê-la.
- (E) a sentença, quando não prolatada em audiência de instrução e julgamento, como regra, deverá ser proferida dentro de 15 (quinze) dias do recebimento dos autos pelo juiz.

56. A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de preservação permanente e as áreas de reserva legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, assim como prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. A partir do diploma legal em comento, é correto afirmar que

- (A) o órgão ambiental competente, ao tomar conhecimento do desmatamento em seu desacordo, deverá demolir a obra, que deu causa ao desmate.
- (B) é de responsabilidade da União e dos Estados, e subsidiariamente dos Municípios, a criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa nas áreas urbanas e rurais.
- (C) a Cota de Reserva Ambiental – CRA pode ser transferida, onerosa ou gratuitamente, a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito público ou privado, mediante termo assinado pelo titular da CRA e pelo adquirente.
- (D) é de competência e dever dos Estados, em colaboração com os Municípios, estabelecer uma Política Regional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais.
- (E) é desnecessário o estabelecimento de nexos causal na verificação das responsabilidades por infração pelo uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares.

57. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e do quanto constante nas legislações estaduais e municipais pertinentes. Em relação ao projeto de loteamento urbano, segundo o que consta na legislação federal mencionada, cabe asseverar que

- (A) o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados da sua aprovação, sob pena de caducidade desta.
- (B) a partir de sua aprovação, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos lá constantes.
- (C) os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, mesmo depois de aprovado o loteamento, por justa motivação social, desde que ainda não tenha sido registrado o empreendimento junto ao cartório de imóveis.
- (D) nos Municípios inseridos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, a sua aprovação ficará vinculada ao atendimento dos requisitos constantes da carta geotécnica de aptidão à urbanização.
- (E) é vedada a aprovação de projeto de loteamento e desmembramento em áreas de risco, definidas como não edificáveis, no plano diretor, exceto se for para viabilizar expansão urbana.

58. Os serviços públicos de saneamento básico terão sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração que permita recuperação dos custos dos serviços prestados em regime de eficiência; sendo que em relação aos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente. Dessa forma, e segundo as diretrizes do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, a estrutura de remuneração e de cobrança dos serviços poderá levar em consideração os seguintes fatores:

- (A) capacidade de pagamento dos consumidores e necessidades dos fornecedores.
- (B) categorias de usuários, distribuída por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo.
- (C) quantidade mínima, média e máxima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente.
- (D) custo mínimo e máximo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas.
- (E) ciclos significativos de aumento e diminuição da demanda dos serviços, em períodos distintos.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

59. Considere a seguinte situação hipotética.

Vereador X da Câmara Municipal de Indaiatuba é acusado de haver percebido vantagem indevida para propor um determinado projeto de lei de interesse de uma determinada empresa com sede no Município.

Considerando o disposto a respeito na Lei Orgânica do Município de Indaiatuba, nesse caso, é correto afirmar que o Vereador X

- (A) poderá perder o mandato, o que será decidido pela Câmara Municipal, pelo voto favorável da maioria absoluta dos Vereadores, após o exercício da ampla defesa e em votação secreta.
- (B) não perderá o mandato, pois a conduta constitui, em tese, crime, razão pela qual a ação penal deverá ficar suspensa até que X deixe de ser Vereador; nesse período também estará suspensa a prescrição criminal.
- (C) poderá perder o mandato, quando a Justiça Eleitoral assim o decretar, em razão da perda ou suspensão dos direitos políticos do Vereador X, no âmbito de ação de impugnação de mandato eletivo.
- (D) não perderá o mandato de imediato, somente quando houver condenação criminal confirmada por órgão judicial de segunda instância.
- (E) poderá perder o mandato, se seu procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar, o que dependerá de provocação da Mesa ou de partido político representado na Casa, sendo assegurada a ampla defesa.

60. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Indaiatuba, a Presidência poderá deixar de receber uma proposição que

- (A) aluda a Lei, Decreto ou Regulamento ou qualquer outra forma legal, e que esteja acompanhada do respectivo texto.
- (B) configure emenda, subemenda, ou substitutivo não pertinente à matéria contida no Projeto.
- (C) constitua mensagem aditiva do Chefe do Executivo e adicione algum artigo, parágrafo ou inciso à proposição original.
- (D) seja compatível com o Regimento Interno, com a legislação ordinária municipal, com a lei orgânica e a Constituição Federal.
- (E) versar sobre determinadas matérias de competência da Câmara, como o Estatuto e o Plano de Carreira para os integrantes do Magistério Público Municipal.

